

AVALIAÇÃO DOS INDICADORES DE SAÚDE BUCAL DE UM MUNICÍPIO DO INTERIOR DA BAHIA

Emilly Paim Rocha¹; Juliana Leandro dos Santos².

¹Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Jequié, Bahia. <http://lattes.cnpq.br/4501465109059625>

²Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Jequié, Bahia. <http://lattes.cnpq.br/8042052880581676>

PALAVRAS-CHAVE: Indicadores de Qualidade em Assistência à Saúde. Saúde Bucal. Saúde Coletiva.

DOI: 10.47094/IVCOLUBRASC.2026/RE/30

INTRODUÇÃO

O Sistema Único de Saúde (SUS), regulamentado pela Lei nº 8.080/1990, garante a saúde como direito universal e fundamenta-se na Atenção Primária à Saúde (APS) como eixo coordenador da Rede de Atenção à Saúde (RAS) (Brasil, 1988; Brasil, 2010). A Política Nacional de Saúde Bucal (PNSB), estruturada pelo programa Brasil Sorridente e fortalecida pela Lei nº 14.572/2023, representou um marco histórico ao integrar a odontologia à APS, superando o modelo tradicional e puramente curativo (Brasil, 2004; Brasil, 2023).

Nesse cenário, o monitoramento por meio do Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (SISAB) viabiliza a análise contínua de indicadores de produção e procedimentos odontológicos, configurando-se como uma ferramenta essencial para avaliar o desempenho das Equipes de Saúde Bucal e orientar a tomada de decisão da gestão em âmbito municipal, estadual e federal (Brasil, 2013).

OBJETIVO

Avaliar os indicadores de saúde bucal no município de Poções, Bahia, ao longo do período de 2014 a 2024.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo ecológico de série temporal, com abordagem descritiva e base em dados secundários públicos, abrangendo o período de 2014 a 2024 no município de Poções, Bahia. Por utilizar informações de domínio público, a pesquisa foi dispensada de apreciação por Comitê de Ética em Pesquisa, conforme a Resolução CNS nº 510/2016.

Os dados populacionais foram obtidos do IBGE, a cobertura das Equipes de Saúde Bucal do sistema e-Gestor APS, e a produção ambulatorial do SISAB. Foram analisados os indicadores de cobertura da primeira consulta programada, tratamento concluído, taxa de exodontia e procedimentos preventivos. Os dados foram coletados em março de 2026, tabulados e analisados no Microsoft Excel 2019, sendo interpretados e classificados em quatro categorias de desempenho (Ótimo, Bom, Suficiente e Regular) com base em parâmetros técnicos oficiais ((Brasil, 2025; Brasil, 2025; Brasil, 2025; Brasil, 2025).

Tabela 1: Indicadores de Saúde Bucal.

Indicador	Conceituação	Fórmula de cálculo
Primeira consulta programada	Mensura o acesso da população à primeira consulta odontológica programática realizada pela eSB na APS (Brasil, 2025).	Percentual (%) = a) Numerador: nº total de pessoas com atendimento de primeira consulta odontológica programática; b) Denominador: nº total de pessoas vinculadas à eSF/APS da eSB de referência (Brasil, 2025).
Tratamento concluído	Mede a cobertura proporcional de tratamentos concluídos em relação às primeiras consultas odontológicas por eSB na APS (Brasil, 2025).	Razão = a) Numerador: nº total de pessoas com tratamento odontológico concluído por eSB na APS; b) Denominador: nº total de pessoas com primeira consulta odontológica programática realizadas pela eSF (Brasil, 2025).
Taxa de exodontia	Mede a relação entre o número de exodontias realizadas e o número de procedimentos preventivos e curativos realizados em um determinado período, em um determinado território coberto pelas eSB na APS (Brasil, 2025).	Percentual (%) = a) Numerador: nº total de exodontias por eSB na APS; b) Denominador: nº total de procedimentos clínicos individuais preventivos, curativos e exodontias realizadas pelo cirurgião-dentista (Brasil, 2025).
Procedimentos odontológicos preventivos na APS	Total de procedimentos odontológicos preventivos realizados pela eSB inserida na APS em relação ao total de procedimentos odontológicos individuais realizados pela eSB na APS (Brasil, 2025).	Percentual (%) = a) Numerador: nº total de procedimentos odontológicos individuais preventivos registrados por eSB na APS; b) Denominador: nº total de procedimentos odontológicos individuais realizados (Brasil, 2025).

Fonte: Dados da pesquisa (2026).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos indicadores de saúde bucal no município entre 2014 e 2024 evidenciou importantes variações no desempenho e na resolutividade das ações desenvolvidas pelas Equipes de Saúde Bucal na Atenção Primária. A cobertura da primeira consulta programada manteve-se classificada como ótima em toda a série histórica, registrando um pico expressivo entre 2016 e 2017, uma retração acentuada em 2020 decorrente do impacto da pandemia da COVID-19, e uma recuperação gradual e consistente até 2024.

Em contrapartida, o indicador de tratamento concluído apresentou marcada oscilação e menor resolutividade ao longo da década, situando-se predominantemente entre as classificações regular e suficiente, com exceção do desempenho ótimo pontual alcançado

em 2015. Esse comportamento reflete limitações operacionais na conclusão dos ciclos terapêuticos necessários aos pacientes na rede pública.

No que tange à orientação do modelo assistencial, a taxa de exodontia manteve-se majoritariamente nas faixas suficiente e boa, pontuando como regular no início da série (2014) e atingindo nível ótimo em 2020, o que indica o predomínio de práticas cirúrgico-mutiladoras em patamares controlados. Paralelamente, a proporção de procedimentos odontológicos preventivos demonstrou uma evolução bastante expressiva: após oscilar entre classificações regulares e suficientes nos primeiros anos, o indicador galgou patamares ótimos contínuos de 2021 a 2024 (superando 68% a 74% da produção). Esse avanço pós-pandêmico evidencia a consolidação gradual das ações de promoção e prevenção em saúde bucal na rotina dos serviços do município.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos indicadores de saúde bucal apresentadas no estudo revela a consolidação do acesso e das ações preventivas na APS, evidenciada pela manutenção ótima da cobertura da primeira consulta e pelo avanço expressivo dos procedimentos preventivos a partir de 2021. Em contrapartida, permanecem desafios na resolutividade da rede, destacados pela oscilação do indicador de tratamento concluído entre as faixas regular e suficiente.

Portanto, observa-se que, apesar da forte capilaridade e da transição bem-sucedida rumo a práticas de promoção da saúde, com taxas de exodontia mantidas em patamares controlados, o município necessita concentrar esforços gerenciais no incremento da conclusão dos ciclos terapêuticos. Essa medida é indispensável para assegurar a efetividade integral da assistência odontológica ofertada à população.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016**. 'Brasília: Conselho Nacional de Saúde; 2016.

BRASIL. Lei nº 14.572, de 8 de maio de 2023. Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a Política Nacional de Saúde Bucal no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 maio 2023.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 set. 1990.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Nota metodológica B1: primeira consulta programada**. Brasília: Ministério da Saúde, 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Nota metodológica B2: tratamento concluído**. Brasília: Ministério da Saúde, 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Nota metodológica B3: taxa de exodontia**. Brasília:

Ministério da Saúde, 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Nota metodológica B5: procedimentos preventivos**. Brasília: Ministério da Saúde, 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 4.279, de 30 de dezembro de 2010. Estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde (RAS) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 31 dez. 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.412, de 10 de julho de 2013. Institui o Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (SISAB). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 jul. 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Saúde Bucal**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.